



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

<b>Processo TC</b>	5734/989/16
<b>Poder</b>	LEGISLATIVO
<b>Município</b>	Getulina
<b>Entidade</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE GETULINA
<b>Período</b>	12/2017
<b>Relator</b>	Dr. Dimas Eduardo Ramalho
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-04 UNIDADE REGIONAL DE MARÍLIA
<b>Responsável</b>	MILTON DOMINGOS DOS SANTOS
<b>Cargo</b>	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
<b>CPF</b>	031.618.478-06
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

## 2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 1.026.441,91	R\$ 26.505.471,05	3,8726%	6,0000%
4/2017	R\$ 1.067.048,02	R\$ 26.552.261,07	4,0187%	6,0000%
8/2017	R\$ 1.143.398,93	R\$ 27.094.582,61	4,2200%	6,0000%
12/2017	R\$ 1.206.801,06	R\$ 27.888.716,99	4,3272%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

## 2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 1.107.069,60	R\$ 26.890.346,79	4,1170%	4,1170%
7/2017	R\$ 1.134.839,70	R\$ 27.082.818,67	4,1903%	4,1170%
8/2017	R\$ 1.143.398,93	R\$ 27.094.582,61	4,2200%	4,1170%
9/2017	R\$ 1.161.982,03	R\$ 27.407.526,38	4,2396%	4,1170%
10/2017	R\$ 1.196.001,40	R\$ 28.874.352,98	4,1421%	4,1170%
11/2017	R\$ 1.171.701,82	R\$ 28.344.136,00	4,1338%	4,1170%
12/2017	R\$ 1.206.801,06	R\$ 27.888.716,99	4,3272%	4,1170%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 4,3272%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

## 2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 80.425,85
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 80.425,85
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 5.399,13
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 5.399,13
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-93,2868%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

## 2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b><u>Restos a Pagar Processados</u></b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b><u>Restos a Pagar Não Processados</u></b>	R\$ 0,00	R\$ 5.399,43	R\$ 0,00	R\$ 5.399,43
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 553.750,64	R\$ 553.464,54	R\$ 286,10
Outros	R\$ 0,00	R\$ 2.010.497,48	R\$ 2.010.211,38	R\$ 286,10
<b>Total</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 2.569.647,55</b>	<b>R\$ 2.563.675,92</b>	<b>R\$ 5.971,63</b>

## 2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 66,60%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 1.434.598,73
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 165.399,19
Despesas com folha de pagamento	R\$ 1.010.740,62
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>66,60%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 21.037.524,95
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 257.695,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite</b>	<b>1,22%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,22%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

## 2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	11287
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 21.037.524,95
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.472.626,74
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.269.199,54
Percentual Apurado	6,03%

(\*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que

o percentual apurado é de 6,03%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

### **3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP**

#### **3.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração: 07/04/2018**

**Hora da Geração: 02:51:58**